

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2021 e 2020

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração da
Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2022.



Rosito & Filomena

Auditores Independentes

CRC/RS 3993 – CVM 9091

Giuseppe Rosito

Contador – CRC/RS - 49.186

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em reais)

ATIVO

	2021	2020
	-----	-----
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	12.181.864,97	7.487.895,16
Bancos e aplicações financeiras – SEBRAE (Nota 4)	4.699.368,97	4.329.065,89
Garantias a recuperar	339.084,13	301.485,19
Outras contas a receber	18.309,23	19.587,00
	-----	-----
Total do circulante	17.238.627,30	12.138.033,24
	-----	-----
NÃO CIRCULANTE		
Garantias a recuperar	6.066.188,03	6.073.085,19
Investimentos	44.161,74	34.411,31
Imobilizado (Nota 5)	50.552,67	39.217,39
Intangível	7.461,00	7.461,00
	-----	-----
Total do não circulante	6.168.363,44	6.154.174,89
	-----	-----
Total do ativo	23.406.990,74	18.292.208,13
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em reais)

PASSIVO

	2021	2020
	-----	-----
CIRCULANTE		
Ordenados e salários a pagar	22.218,22	14.988,82
Impostos e contribuições sociais	27.757,27	14.280,84
Férias e encargos a pagar	46.349,82	40.442,76
Provisão para inadimplência (Nota 6)	320.263,61	192.238,91
Garantias honradas	292.064,31	225.712,38
Receita antecipada	44.038,87	20.945,52
Recursos SEBRAE RS / Nacional (Nota 7)	4.699.316,90	4.334.136,71
Outras contas a pagar	22.715,66	21.649,36
	-----	-----
Total do circulante	5.474.724,66	4.864.395,30
	-----	-----
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras (Nota 9)	8.543.707,00	5.018.800,00
Garantias honradas	3.023.524,00	3.459.125,42
	-----	-----
Total do não circulante	11.567.231,00	8.477.925,42
	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social (Nota 10)	4.949.887,41	4.670.661,87
Superávits acumulados	1.415.147,67	279.225,54
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	6.365.035,08	4.949.887,41
	-----	-----
Total do passivo e do patrimônio líquido	23.406.990,74	18.292.208,13
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em reais)

	2021	2020
	-----	-----
Receitas operacionais		
Comissão de garantia	2.667.859,97	1.272.726,24
Assistência técnica	47.014,47	38.629,72
	-----	-----
Total das receitas operacionais	2.714.874,44	1.311.355,96
	-----	-----
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(486.910,22)	(379.994,65)
Despesas gerais e administrativas	(734.744,99)	(526.545,39)
Despesas com assessorias	(381.961,87)	(247.647,33)
Despesas tributárias	(85.644,31)	(26.812,53)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.324,91	990,00
	-----	-----
Total das despesas operacionais	(1.687.936,48)	(1.180.009,90)
	-----	-----
Superávit operacional	1.026.937,96	131.346,06
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	391.447,88	153.652,52
Despesas financeiras	(3.238,17)	(5.773,04)
	-----	-----
Superávit do período	1.415.147,67	279.225,54
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em reais)

	Patrimônio social				Total
	Subscrito	A integralizar	Realizado	Superávits Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.278.741,88	(234.739,20)	4.044.002,68	628.029,49	4.672.032,17
Ajuste de exercício anterior (nota 11)	-	-	-	(1.370,30)	(1.370,30)
Transferência do superávit	626.659,19	-	626.659,19	(626.659,19)	-
Superávit do período	-	-	-	279.225,54	279.225,54
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.905.401,07	(234.739,20)	4.670.661,87	279.225,54	4.949.887,41
Transferência do superávit	279.225,54	-	279.225,54	(279.225,54)	-
Superávit do período	-	-	-	1.415.147,67	1.415.147,67
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.184.626,61	(234.739,20)	4.949.887,41	1.415.147,67	6.365.035,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em reais)

	2021	2020
	-----	-----
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	1.415.147,67	279.225,54
Ajustes por:		
Depreciação	9.672,98	7.817,82
Provisão para inadimplências	128.024,70	168.758,55
Ajuste de exercício anterior	-	(1.370,30)
Redução (aumento) na variação de ativos:		
Aplicações financeiras SEBRAE	(370.303,08)	(1.945.358,24)
Outras contas a receber	1.277,77	(4.665,86)
Garantias a recuperar	(30.701,78)	(448.806,63)
Aumento (redução) na variação de passivos:		
Salários, impostos e contribuições e férias	26.612,89	14.433,36
Recursos Sebrae e garantias honradas	(4.069,30)	1.900.929,70
Outras contas a pagar e receita antecipada	24.159,65	23.724,40
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.199.821,50	(5.311,66)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo investimento / imobilizado	(30.758,69)	(13.015,76)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(30.758,69)	(13.015,76)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Liberação de empréstimos	3.524.907,00	2.000.000,00
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.524.907,00	2.000.000,00
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.693.969,81	1.981.672,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	7.487.895,16	5.506.222,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	12.181.864,97	7.487.895,16
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha é uma associação civil sem fins lucrativos constituída em 01 de dezembro de 2003 e tem como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, social e o combate à pobreza, realizando, para atingir seus fins, assessorias administrativa, técnica, econômica, financeira, legal e propiciando aos micro empreendedores individuais, às micro, pequenas e médias empresas e aos produtores rurais, condições de acesso ao crédito, bem como através da concessão de garantias.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2022.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com a Resolução CFC nº. 1.409, de 21/09/2012 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, determinações emanadas da Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como as disposições da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Bancos e aplicações financeiras - SEBRAE

São aplicações financeiras basicamente em títulos de renda fixa, sendo reconhecidos pelo valor justo na data da operação e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. Este saldo foi classificado como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado.

São aplicados os valores recebidos do SEBRAE RS e SEBRAE Nacional para a constituição de um Fundo de Risco para amparar as operações de garantia de crédito concedidas pela Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha.

Os valores das aplicações têm correspondência com as respectivas contas dos recursos registrados no passivo circulante. Os rendimentos auferidos a estas aplicações são agregados as contas de aplicações em contrapartida as contas de Recursos SEBRAE, e os rendimentos não afetam o resultado da Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha.

2.5. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.6. Imobilizado

É avaliado ao custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos bens.

As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

O ativo imobilizado a ser mantido e utilizado na consecução das finalidades da Entidade é basicamente composto por equipamentos de informática e móveis e utensílios.

A administração efetuou internamente, estudo e análise de revisão da vida útil desse ativo imobilizado com o objetivo de ajustar a vida econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual desses bens.

Após essa análise, a administração entendeu que não foram identificadas diferenças significativas entre as vidas úteis utilizadas e as revisadas, entendendo que as taxas de depreciação utilizadas refletem a melhor estimativa no momento.

O imobilizado também é revisto para se identificar evidências de perdas não recuperáveis. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.7. Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e são amortizados levando em conta a sua utilização efetiva. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos com o registro de marcas e patentes são capitalizados e não são amortizados.

2.8. Provisão para férias e encargos

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os encargos sociais correspondentes.

2.9. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da comissão recebida sobre o valor da garantia prestada.

As receitas de eventuais doações e subvenções são registradas por ocasião do efetivo recebimento dos recursos.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	121,91	277,88
Bancos conta movimento	247.850,82	328.328,05
Aplicações financeiras	11.933.892,24	7.159.289,23
	12.181.864,97	7.487.895,16
	=====	=====

4. BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SEBRAE

SEBRAE – RS	2021	2020
(BANCO) - Banco Sicredi Fecomércio – FRL SEBRAE RS	24.096,74	-
(APLICAÇÃO)-Banco Sicredinvest CDI 2221 – SEBRAE RS	944.756,49	968.031,04
(APLICAÇÃO)-Provisão IRRF sobre aplicação Banco Sicredi	(35.833,86)	(34.883,60)
	-----	-----
	933.019,37	933.147,44
	-----	-----
SEBRAE – NACIONAL		
(BANCO) - Banco do Brasil S.A. – FRL SEBRAE NA 2442/TEC	12.552,07	48,66
(BANCO) – Sicredi Fecomércio – FRL SEBRAE RS	-	297,36
(APLICAÇÃO)-Banco do Brasil S.A.–FRL–SEBRAE NA 2442	3.753.797,53	3.395.572,43
	-----	-----
	3.766.349,60	3.395.918,45
	-----	-----
	4.699.368,97	4.329.065,89
	=====	=====

5. IMOBILIZADO

2020

	Móveis e Utensílios	Instalações	Equipamentos de Informática	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Total
CUSTO TOTAL					
Saldos em 31/12/2019	49.977,31	1.269,00	49.684,00	8.978,00	109.908,31
Adições	5.690,00	-	998,00	-	6.688,00
Baixas	-	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31/12/2020	55.667,31	1.269,00	50.682,00	8.978,00	116.596,31
	-----	-----	-----	-----	-----
DEPRECIACÃO ACUMULADA					
Saldos em 31/12/2019	(28.910,99)	(317,40)	(39.202,95)	(1.129,76)	(69.561,10)
Depreciação	(3.317,63)	(126,96)	(4.014,07)	(359,16)	(7.817,82)
Baixas	-	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31/12/2020	(32.228,62)	(444,36)	(43.217,02)	(1.488,92)	(77.378,92)
	-----	-----	-----	-----	-----
Valor residual - 31/12/2020	23.438,69	824,64	7.464,98	7.489,08	39.217,39
	=====	=====	=====	=====	=====
Taxa de depreciação - %	10%	10%	20%	4%	
	=====	=====	=====	=====	

2021

	Móveis e Utensílios	Instalações	Equipamentos de Informática	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Total
	-----	-----	-----	-----	-----
CUSTO TOTAL					
Saldos em 31/12/2020	55.667,31	1.269,00	50.682,00	8.978,00	116.596,31
Adições	7.668,26	-	13.340,00	-	21.008,26
Baixas	-	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31/12/2021	63.335,57	1.269,00	64.022,00	8.978,00	137.604,57
	-----	-----	-----	-----	-----
DEPRECIACÃO ACUMULADA					
Saldos em 31/12/2020	(32.228,62)	(444,36)	(43.217,02)	(1.488,92)	(77.378,92)
Depreciação	(3.532,20)	(126,96)	(5.654,66)	(359,16)	(9.672,98)
Baixas	-	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31/12/2021	(35.760,82)	(571,32)	(48.871,68)	(1.848,08)	(87.051,90)
	-----	-----	-----	-----	-----
Valor residual - 31/12/2021	27.574,75	697,68	15.150,32	7.129,92	50.552,67
	=====	=====	=====	=====	=====
Taxa de depreciação - %	10%	10%	20%	4%	
	=====	=====	=====	=====	

6. PROVISÃO PARA INADIMPLÊNCIA

A provisão para inadimplência foi criada para suportar eventuais inadimplências por parte dos sócios beneficiários da garantia por ela oferecida, e em decorrência disso, a associação arcar com os ônus.

Até o ano de 2013, a provisão para inadimplência era calculada com base no percentual médio do período de atrasos junto ao banco, aplicado sobre o risco vivo no final do período.

Após uma análise mais aprofundada do conceito, propriamente dito, dentro do contexto da RS Garanti, entendeu-se que os devedores duvidosos devem estar atrelados as honras e perdas históricas da entidade, com recursos próprios fazendo muito mais sentido do que aos atrasos das parcelas nos bancos. Para ilustrar demonstramos:

Índice de perdas	2021	2020
-----	-----	-----
Total de garantias honradas pela RS GARANTI (histórico)	8.180.212,00	7.339.276,00
Total de garantias honradas e decretadas perdas (histórico)	406.558,91	214.320,00
Índice de perdas (devedores duvidosos)	5%	2,90%
Cálculo da provisão		

Total de garantias honradas com recursos próprios que foram recuperadas	830.711,43	762.349,00
Saldo de honras em cobrança (judicial e extrajudicial)	6.405.272,20	6.636.927,00
Índice de perdas (devedores duvidosos)	5%	2,90%
Total provisionado	320.263,61	192.238,91
	=====	=====

7. RECURSOS SEBRAE

Registra os valores recebidos do SEBRAE RS e SEBRAE Nacional para a constituição de um Fundo de Risco para amparar as operações de garantia de crédito concedidas pela Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha. Os valores estão devidamente aplicados no Fundo RF LP Banco do Brasil S.A. e Fundo Sicredinvest Banco Sicredi conforme determinam os convênios firmados entre SEBRAE e a Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha.

Os valores dos recursos têm correspondência com respectivas contas de aplicações financeiras registradas no ativo. Os rendimentos auferidos a estas aplicações são agregados as contas de aplicações em contrapartida as contas de Recursos SEBRAE no passivo, e os rendimentos não afetam o resultado da Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha.

8. GARANTIAS

A Associação estava compromissada em garantir o crédito a associadas beneficiárias na seguinte composição:

Quantidade de operações em garantia	Valor total das operações de crédito	Valor total garantido	Saldos ativos até 31.12.2021	
			Saldo devedor das operações	Saldo devedor garantido
-----	-----	-----	-----	-----
1.536	108.800.390,42	70.463.035,63	80.490.218,85	52.124.460,27
=====	=====	=====	=====	=====

Quantidade de operações em garantia	Valor total das operações de crédito	Valor total garantido	Saldos ativos até 31.12.2020	
			Saldo devedor das operações	Saldo devedor garantido
923	81.686.978,07	52.262.696,16	55.473.197,16	37.866.328,81

9. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	2021	2020
SICOOB UNICOOB MERIDIONAL	1.000.000,00	1.000.000,00
SICOOB CREDICAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00
SICREDI PIONEIRA RS	3.043.707,00	2.018.800,00
SICOOB TRÊS FRONTEIRAS	500.000,00	500.000,00
BADESUL – AG. DE FOMENTO	3.000.000,00	500.000,00
	8.543.707,00	5.018.800,00

a) SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

O valor de R\$ 1.000.000,00 refere-se à liberação de uma Cédula de Crédito Bancário – CCB com data de emissão em 26/10/2017 e vencimento de parcela única em 26/10/2022, contratada junto à Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil – Sicoob Unicoob Meridional.

Este instrumento financeiro tem juros remuneratórios de 0,00% ao ano e esta garantido pela cessão de direitos creditórios em aplicações financeiras de renda fixa - RDC (Recibo de Depósito Cooperativo).

b) SICOOB CREDICAPITAL

O valor de R\$ 1.000.000,00 refere-se ao aporte por parte da SICOOB CREDICAPITAL no fundo garantidor de crédito da RSGARANTI por conta do Convênio 001/2019 assinado em 01 de outubro de 2019. O valor será utilizado para amparar eventuais inadimplências, com o objetivo de estabelecer as condições para a utilização das garantias da RSGARANTI para operações de crédito realizadas pelas empresas associadas beneficiárias junto à Instituição Financeira. O Convênio é celebrado por prazo de cinco anos.

c) SICREDI PIONEIRA RS

O valor de R\$ 3.000.000,00 integrará o Fundo de Risco constituído com recursos da RSGARANTI, a qual deverá manter tais recursos em investimento ou aplicação financeira junto à SICREDI, os quais garantirão as operações de crédito no âmbito do Convênio 001/2017.

O valor de R\$ 3.043.707,00 (R\$ 3.000.000,00 + encargos) refere-se a Cédula de Crédito Bancário, firmada em 18/10/2019, 17/11/2020 e 23/09/2021 com vencimento para 10/11/2024, 17/11/2025 e 21/09/2026 tendo como credora a Sicredi Pioneira RS.

d) SICOOB TRÊS FRONTEIRAS

O valor de R\$ 500.000,00 integrará o Fundo de Risco constituído com recursos da RSGARANTI, a qual deverá manter tais recursos em investimento ou aplicação financeira junto à Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil – Sicoob Três Fronteiras, os quais garantirão as operações de crédito no âmbito do Convênio 001/2020.

e) BADESUL

O valor de R\$ 3.000.000,00 refere-se à liberação de Cédulas de Crédito Bancário – CCB com data de emissão em 05/02/2020, 17/04/2020 e 09/12/2021 e vencimento de parcela única em 05/02/2025, 15/04/2025 e 15/12/2026, cedidas pelo Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento para garantia das operações de crédito.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio da Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha é constituído pelo valor proveniente da contribuição dos associados, aporte de capital de instituições públicas ou privadas, receitas provenientes de rendimentos financeiros, serviços, tecnologias e garantias prestadas.

O Patrimônio Social é ainda representado pelo acréscimo dos valores dos superávits, eventuais subvenções patrimoniais e reduzido pelos valores dos déficits.

E os resultados eventualmente obtidos serão empregados exclusivamente na consecução dos objetivos sociais, não distribuindo lucros, ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob qualquer forma.

11. AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR

O valor do ajuste efetuado na mutação do patrimônio líquido no exercício anterior no valor de R\$ 1.370,30, refere-se ao reconhecimento de despesa do estorno de juros da empresa JC System Seg. Ltda. realizada na data de 15 de junho de 2017.

ANGELO ARTUR MESTRINER
Presidente
CPF: 220.587.960 – 04

ROSA MARIA ONZI GIOVANELLA
Contadora
CRC/RS – 36.925
CPF: 277.100.410 – 00